**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

# Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

**Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO I**

**Professores:** Humberto Ávila

**Turma:** 4º Ano Diurno/Noturno

**Seminário – 1º semestre de 2023**

**Caso 07 – Fontes do Direito Tributário**

Suponha que tenha sido efetuado contra determinada pessoa jurídica lançamento de ofício da taxa anual de localização e funcionamento, instituída pela seguinte Lei Municipal Fictícia:

Lei Municipal n. XX/2020:

“Art. 1o Fica instituída a taxa anual de localização e funcionamento, devida por toda pessoa jurídica sediada no território deste Município.

Art. 2º. A taxa terá valores fixos, que podem variar conforme a atividade econômica e a área construída da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo único. O Regulamento estabelecerá os valores referidos no *caput* conforme a atividade e o porte da construção, respeitado o mínimo de 20UFIR e o máximo de 200UFIR”.

O Decreto competente foi editado um mês após a publicação da lei, e foram respeitados os parâmetros do art. 2º.

Entidade de classe estadual impugnou a referida Lei mediante ADI. Ante esse quadro, elaborem, para sustentação oral:

(i) como representantes do Contribuinte, os argumentos para acolher a declaração de inconstitucionalidade; e

(ii) como representantes do Fisco, os argumentos para manter a validade da Lei.

Esclareça-se que argumentos que transbordem da temática “Fontes do Direito Tributário” poderão ser suscitados, devendo, porém, os debates em sala centrar-se no tema da aula para a resolução do caso.